

A mulher negra,
elemento que expressa
mais radicalmente a
cristalização dessa
estrutura de dominação,
vem ocupando os mesmos
espaços e papéis que
lhe foram atribuídos
desde a escravidão.

Beatriz Nascimento

A mulher negra no mercado de trabalho

Beatriz Nascimento

PARA ENTENDER A SITUAÇÃO da mulher negra no mercado de trabalho, é necessário recuarmos no tempo, estabelecendo um pequeno histórico da sociedade brasileira no que concerne à sua estrutura. Da maneira como estava estruturada essa sociedade na época colonial, ela se estabeleceu de maneira extremamente hierarquizada, podendo-se conceituar como uma sociedade de castas, na qual os diversos grupos desempenhavam papéis rigidamente diferenciados.

Em um dos polos desta hierarquia social encontramos o senhor de terras, que concentra em suas mãos o poder econômico e político; no outro, os escravos, a força de trabalho efetiva da sociedade. Entre estes dois pontos encontramos uma camada de homens e mulheres livres, vivendo em condições precárias. Por estar assim definida, a sociedade colonial se reveste de um caráter patriarcal que permeia toda sua estrutura, refletindo-se de maneira extrema sobre a mulher.

Devido ao caráter patriarcal e paternalista, atribui-se à mulher branca o papel de esposa e mãe, com a vida dedicada ao seu marido e filhos. Deste modo, seu papel é assinalado pelo ócio, mantendo-se amada, respeitada e idealizada naquilo que o ócio lhe representava como suporte ideológico de uma sociedade baseada na exploração do trabalho [e da pessoa] de uma grande camada da população.

Contrariamente à mulher branca, sua correspondente no outro polo, a mulher negra é considerada uma mulher essencialmente produtora, papel semelhante ao do homem negro, isto é, desempenha um papel ativo. Antes de mais nada, como escrava, ela é uma trabalhadora, não apenas nos afazeres da casa-grande (atividade que não se limita a satisfazer as vontades de senhores, senhoras e seus filhos, mas como produtora de alimentos para a escravaria), como também no campo, desempenhando atividades subsidiárias do corte e do engenho. A sua capacidade produtiva, determinada pela condição de mulher, e, portanto, mãe em potencial de novos escravos, afirmava a sua função de reprodutora de nova mercadoria para o mercado de mão de obra interno. Assim, a mulher negra era também vista como uma fornecedora de mão de obra em potencial, concorrendo com o tráfico negreiro.

A observação anterior não quer afirmar que o crescimento vegetativo da população escrava no Brasil tenha sido positivo. Comparado aos Estados Unidos, o balanço entre natalidade e mortalidade dos crioulos no Brasil foi claramente desfavorável. Basta dizer que após o fim do tráfico negreiro nos Estados Unidos, em 1808, até a Guerra de Secessão (1861-1865), a população negra escrava norte-americana quase triplicou. Enquanto no Brasil, no mesmo período e com o tráfico em curso, o número de escravos não cresceu, ficando em torno de um milhão e meio. De qualquer forma, é importante chamar a atenção para essa "capacidade reprodutiva" da mulher negra, que a faz revestir de uma tradição como elemento produtor neste período da história do Brasil. Ela é, junto com o seu correspondente masculino, o suporte para a instituição escravocrata. Ressalte-se, entretanto, que, justamente por isso, recai sobre ela o peso da dominação senhorial.

A moderna sociedade brasileira apresenta maior dinamismo no que concerne à diversificação das atividades produtivas, efeito do processo de industrialização demarcado na década de 1930. Com a expansão industrial e do setor de serviços, a estratificação social, profundamente polarizada nos períodos anteriores, passou a apresentar maior flexibilidade e graduação. No entanto, esta maior flexibilidade manteve muito profundamente marcadas as diferenças de papéis atribuídos aos vários grupos da sociedade. Diversos fatores funcionam como causa para que se perpetuem estas diferenças. Um deles, como não poderia deixar de ser em uma sociedade constituída de diferentes grupos étnicos, é o fator racial.

Numa sociedade como a brasileira, em que a dinâmica do sistema econômico estabelece espaços na hierarquia de classes, existem alguns mecanismos para selecionar as pessoas que irão preenchê-los.

O critério racial constitui-se em um desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, resultado de patente discriminação. O efeito contínuo da discriminação feita pelo branco tem também como consequência a internalização pelo grupo negro dos lugares inferiores que lhes são atribuídos. Assim, os negros ocupam de maneira contínua os mesmos lugares na hierarquia social, desobrigando-se a penetrar em espaços designados para os grupos de cor mais clara e perpetuando dialeticamente o processo de domínio social e privilégio racial.

A mulher negra, elemento que expressa mais radicalmente a cristalização dessa estrutura de dominação, vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. Dessa maneira, a "herança escravocrata" sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, *grosso modo*, não mudou muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos nas áreas urbanas, em menor grau na indústria de transformação, e que permaneça como trabalhadora nos espaços rurais. Podemos acrescentar, no entanto, ao exposto anteriormente que a estas sobrevivências ou resíduos do escravagismo se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. Mecanismos que são essencialmente ideológicos e que, ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade, têm efeitos discriminatórios. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra como por seus antepassados terem sido escravos.

Numa sociedade como a brasileira, em que elementos arcaicos convivem com o processo de modernização, a educação representa um fator de pressão dos grupos subordinados, visando a melhores condições de vida e ascensão social. Entretanto, justamente por causa da presença insistente desses elementos arcaicos, os avanços educacionais são limitados e muito recentes, e ao mesmo tempo pouco eficientes, uma vez que a maior parte da população tem tido pouco acesso efetivo à educação. Entretanto, pesquisas recentes baseadas nos recenseamentos de 1940, 1950 e 1970

registram que a mulher branca conseguiu maior acesso ao curso superior, diminuindo proporcionalmente a desigualdade entre ela e o homem branco. A realidade não é a mesma quanto à população negra e mestiça, menos ainda em relação à mulher negra.

Como a educação é um requisito para o acesso às melhores condições na hierarquia de empregos, deduz-se que as populações de cor e as mulheres brancas não estariam capacitadas para assumir os empregos de maior status, tendo, conseqüentemente, maior remuneração. Nesse contexto, a mulher negra tem possibilidades menores que qualquer um outro grupo social. Aqui é preciso estabelecer uma comparação entre a mulher negra e a mulher branca. A partir de 1930, com a decadência das áreas rurais e a conseqüente ascensão das áreas urbanas, o processo de vida levado a efeito nestas últimas faz com que o poder econômico do homem, chefe de família, decaísse um pouco. Para manter o nível da renda familiar estável e empreender a sobrevivência, filhos e mulheres são obrigados a ingressar no mercado de trabalho. Por outro lado, um dado exógeno concorre para que esses grupos alijados anteriormente da hierarquia ocupacional se engajem no processo e no mercado de trabalho: a necessidade de mão de obra para a indústria e outros serviços requisitados nas cidades.

As populações de nível de renda mais baixo são as principais recrutadas. Deste modo, a mulher branca passa a fazer parte da força de trabalho e a ocupar lugares definidos como de "atividades femininas", por pertencerem a um grupo subordinado. Nessa fase inicial de industrialização, com o declínio das indústrias tradicionais, principalmente a têxtil, a mulher branca se vê expulsa do setor industrial e passa a concentrar-se em empregos burocráticos de nível baixo que, embora mal remunerados, exigem certa qualificação educacional. Como consequência desse deslocamento, os homens de classe média ascendem a ocupações burocráticas de nível mais alto. O mesmo não ocorre com a mulher negra, e isso por dois motivos fundamentais: primeiro, porque a mulher negra ainda não teve acesso à educação suficiente, a fim de qualificar-se para estes tipos de empregos burocráticos. Segundo, porque esses empregos implicam relações públicas ou relação com o público, como o comércio de mercadorias. Neste contexto, o critério racial se faz muito mais seletivo, mantendo a mulher negra nos empregos tradicionais ou, então, como operárias industriais.

Ao analisar a situação do mercado de trabalho no Brasil, vimos como a mulher negra se encontra na mais baixa posição da hierarquia social. No entanto, não é somente por meio desse contexto específico que se pode atestar a situação de subordinação em que vive a mulher negra no país. A condição feminina a conduziu a um tipo de dominação sexual por parte do homem desde os primórdios da colonização. A exploração sexual de que foi vítima por parte dos senhores – situação determinada principalmente pela moral cristã portuguesa que atribuía à mulher branca das classes mais altas o papel de esposa, dependente economicamente do homem, e limitada quando esposa, ao papel de procriadora, com a vida sexual restrita à maternidade – fez com que a liberação da função sexual masculina recaísse sobre a mulher negra ou mestiça.

Mecanismos ideológicos se encarregaram de perpetuar a legitimação da exploração sexual da mulher negra através do tempo. Com representações baseadas em estereótipos de que sua capacidade sexual sobrepuja a das demais mulheres, de que sua cor funciona como atrativo erótico, enfim, de que o fato de pertencer às classes pobres e a uma raça “primitiva” a faz menos oprimida sexualmente, tudo isso facilita a tarefa do homem em exercer sua dominação livre de qualquer censura, pois a moral dominante não se preocupa em estabelecer regras para aqueles carentes de poder econômico.



ESTE TEXTO É UMA VERSÃO REVISADA DO ARTIGO ORIGINALMENTE PUBLICADO NO JORNAL ÚLTIMA HORA, RIO DE JANEIRO, 25 DE JULHO DE 1976, IN *EU SOU ATLÂNTICA: SOBRE A TRAJETÓRIA DE VIDA DE BEATRIZ NASCIMENTO*, ALEX RATTI (ORG.), SÃO PAULO: IMPRENSA OFICIAL/INSTITUTO KUANZA, 2006, P. 126-129.